

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)
- [Aconteceu](#)

Apresentação

A **62ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

O Efetivo Fim da Violência

O mês de março é conhecido como mês da mulher. Isso porque o dia 8 foi escolhido pelas mulheres para se comemorar, ou melhor, reafirmar que as Mulheres ainda precisam que seus direitos sejam garantidos.

A origem dessa data é controversa, havendo versões diferentes sobre ela, no entanto há um consenso, ainda não atingimos o objetivo de igualdade entre os gêneros. Em recente pesquisa realizada no Brasil pelo Ibope e ONU Mulheres^[1], 75% da população é a favor de políticas de promoção da igualdade entre os gêneros.

De fato, apesar de já existirem legislações que tratam e tentam lidar com essa desigualdade, como por exemplo, a Lei Eleitoral (Lei 9504/1997), prevendo cotas para candidaturas femininas nos partidos políticos, a Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006), a efetivação das políticas de igualdade esbarra no seu pior inimigo, a cultura machista.

Vale pontuar que a cultura machista se refere a uma compreensão, bastante naturalizada, e por isso chamamos de cultura, de que mulheres e homens possuem papéis determinados na sociedade, e que o papel feminino é de menor importância ou direitos. Outra questão que devemos frisar é que essa compreensão não é partilhada apenas por homens. Concluindo, nossa sociedade é machista.

A questão sobre como se muda uma cultura só encontra uma resposta, educação. Mudar a forma de pensar, desconstruindo estereótipos de gênero, é, ao nosso ver, a solução para a desigualdade entre homens e mulheres. Sem isso, ficaremos para sempre lidando apenas com as consequências, ou seja, violações e violências de gênero, sem, contudo, extingui-las.

Apesar desse expressivo número de pessoas que concordam com políticas de igualdade, há uma resistência instalada quando se fala de educação de gênero nas escolas.

Inicialmente há que se reforçar que, do ponto de vista legal, não há qualquer impedimento de tratar desse tema com crianças e adolescentes. Ao contrário, Tratados Internacionais de Direitos Humanos, a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases, além da própria Lei Maria da Penha, respaldam essa necessidade.

Quais seriam, portanto, os possíveis prejuízos em discutir com alunos/as sobre dados estatísticos, situações cotidianas, livros e filmes que tratam dessa temática?

Uma proposta pedagógica que respeite a idade e capacidade de compreensão de cada um/a que ensine meninos e meninas se relacionarem sem violência, com mais respeito além de saberem que podem desempenhar profissões que eram anteriormente designadas a apenas de um gênero, ao meu ver, só pode ser positiva.

Essa é nossa compreensão. Lutar para promoção e defesa dos direitos das mulheres é sonhar que um dia não existam mais violências de gênero, o que se atingirá com uma discussão honesta e positiva com relação a educação em nosso país.

Esperamos que nos próximos anos, nos dias 8 de março, possamos pontuar os avanços e não os retrocessos na busca desse sonho.

Feliz dia de Luta pelo Fim da Violência contra Mulher.

Ana Rita Souza Prata
Defensora Pública
Coordenadora do NUDEM

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade

Atualização: Enunciados da COPEVID (Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)

A Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) foi criada pelo Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), visando contribuir para a análise, discussão e padronização dos entendimentos sobre a violência doméstica contra as mulheres, com o objetivo de subsidiar o trabalho dos operadores do Direito que atuam na proteção das vítimas e punição dos agressores.

Um exemplo desse trabalho são os Enunciados da COPEVID, que buscam orientar os promotores de Justiça na aplicação da Lei Maria da Penha:

ENUNCIADOS DA COPEVID (*atualizados em março de 2017*)

Suspensão Condicional do Processo

Enunciado nº 01 (001/2011): Nos casos de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher não se aplica a suspensão condicional do processo. (Aprovado na Plenária da II Reunião Ordinária do GNDH de 10/06/2011 e pelo Colegiado do CNPG de 17/06/2011).

Lei Maria da Penha e Contravenções Penais

Enunciado nº 02 (002/2011): O art. 41 da Lei Maria da Penha aplica-se indistintamente aos crimes e contravenções penais, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (Com nova redação aprovada na Reunião Ordinária do GNDH de 05/07/2013 e pelo Colegiado do CNPG de 30/07/2013).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Chega ao STF primeira ação que pode levar à ampla legalização do aborto

Um dos temas mais polêmicos do país chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Foi protocolada na noite de segunda-feira a primeira ação que pede a legalização ampla do aborto, para qualquer gestação com até 12 semanas.

Atualmente, a interrupção da gravidez só é permitida no país em três casos: se a mulher corre risco de morrer por causa da gestação; se a fecundação ocorreu por estupro; se o feto é anencefálico (sem cérebro) e, portanto, não conseguirá sobreviver após o parto.

A ação, à qual a BBC Brasil teve acesso antecipadamente, foi movida pelo PSOL, com assessoria técnica do instituto de bioética Anis. Não é possível prever quanto tempo levará para ser julgada, talvez anos. Isso dependerá muito do ministro que for sorteado para relatar a ação e de seu interesse em agilizar ou não o caso.

É função do Supremo, quando provocado por uma ação, analisar as leis vigentes no país estão em desacordo com a Constituição Federal. Nesse caso, o partido solicita que a Corte declare que os artigos do Código Penal (lei de 1940) que criminalizam o aborto desrespeitam preceitos fundamentais, como o direito das mulheres à vida, à dignidade, à cidadania, à não discriminação, à liberdade, à igualdade, à saúde e ao planejamento familiar, entre outros.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Notificação que proíbe discussão de gênero nas escolas é inconstitucional, aponta procuradoria federal

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, divulgou nesta sexta-feira (17) nota técnica sobre um modelo de “notificação extrajudicial” divulgado na internet que pretende proibir a discussão sobre assuntos envolvendo gênero e sexualidade nas escolas.

Procedimento administrativo instaurado pela PFDC para analisar o caso identificou que o modelo de notificação foi produzido pelo procurador regional da República, Guilherme Schelb, em atividade privada não apoiada pelo Ministério Público Federal – instituição constitucionalmente comprometida com a promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual e contrária a quaisquer formas de preconceito.

O modelo de notificação vem sendo divulgado na internet, no âmbito de programa autointitulado “Proteger– Programa Nacional de Prevenção da Violência e Criminalidade Infante-Juvenil”, coordenado pelo citado procurador. A notificação é dirigida a diretores de escolas e professores e afirma que, caso “insistam” em apresentar conteúdos sobre sexualidade e gênero em sala de aula, poderão ser judicialmente processados.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

TJSP é primeiro do País a aderir às diretrizes da ONU contra o feminicídio

Tribunal lança campanha ‘Isso tem nome: Feminicídio’

Hoje (09/03/2017), data em que se comemora dois anos da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15), o Tribunal de Justiça de São Paulo foi o primeiro do País a assinar compromisso de adesão às Diretrizes Nacionais do Feminicídio, elaboradas pela ONU: investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres com perspectiva de gênero. Atualmente muitos casos não são registrados como feminicídio – morte violenta de mulheres pelo fato de serem mulheres – e não têm nem a investigação, o processamento e o julgamento com a perspectiva e especificidades necessárias. Com a adesão, o TJSP busca conscientizar os agentes do sistema de Justiça sobre a necessidade de atuação específica e direcionada, desde o correto registro até o julgamento do feminicida.

A assinatura do compromisso aconteceu no gabinete do presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, com a presença do corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, e a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman.

Na ocasião também foi lançada a campanha do TJSP **Isso tem nome: Feminicídio**. Com peças de certidões de óbito estilizadas, o TJSP traz nomes fictícios e tipos de mortes reais mais comuns, como estrangulamento, facadas, tiros e agressões. Destaca o compromisso do Tribunal e a necessidade do registro correto do crime.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

CNJ cria política nacional de combate à violência contra mulheres

As diretrizes e ações do Judiciário para prevenir e combater a violência contra as mulheres estão definidas na Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no Poder Judiciário, prevista na Portaria 15/2017 do Conselho Nacional de Justiça, publicada nesta terça-feira (9/3) no *Diário da Justiça Eletrônico* (DJe).

O documento leva em conta a legislação atual e as normas internacionais de direitos humanos. Entre as ações, está a tornar permanente o programa nacional Justiça pela Paz em Casa, que objetiva tornar mais célere o julgamento de processos que envolvam a violência contra a mulher.

O texto publicado também estabelece como prioridade do Judiciário a criação e estruturação das unidades judiciárias especializadas no recebimento de processos relativos à violência doméstica e familiar, nas capitais e interior, com implantação das equipes de atendimento multidisciplinar, conforme estabelecido no artigo 32, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Criado em 2015 pela ministra Cármen Lúcia em parceria com os presidentes dos tribunais de Justiça, o programa Justiça pela Paz em Casa deverá ser desenvolvido continuamente, mas, durante três semanas por ano (março, agosto e novembro), deverá ser executado como um esforço concentrado e gerar dados e relatórios das ações para avaliação de resultados.

Os tribunais de Justiça também deverão dispor de Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar como órgãos permanentes em sua estrutura organizacional. Essas coordenadorias serão compostas por, no mínimo, três juízes com competência na área de violência contra a mulher e poderão contar com um juiz auxiliar e um juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça. Uma das atribuições é planejar e desenvolver ações que melhorem a prestação de serviços jurisdicionais em casos de ataques aos direitos das mulheres. Os recursos destinados à execução dos programas deverão ser discriminados e publicados nos *sites* dos respectivos tribunais, para fins de monitoramento do CNJ.

A portaria também prevê que os tribunais promovam a aproximação com o Poder Executivo por meio de Termos de Acordo para incorporar, nos currículos escolares, conteúdos relativos aos direitos humanos, igualdade de gênero, de raça ou etnia, assim como em relação à violência contra a mulher, em todos os níveis de ensino.

Entidades públicas e não governamentais também deverão ser convidadas a participar das iniciativas dos órgãos de Justiça por meio de parcerias. O estímulo deverá ocorrer nas áreas de segurança pública, assistência social, educação, trabalho e habitação, para efetivação dos programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher, assim como com as instituições de ensino e órgãos prestadores dos serviços de reeducação e responsabilização de homens agressores.

Violência doméstica

Desde dezembro, o Judiciário tem a meta fortalecer a rede de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A meta foi definida no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em dezembro de 2016, e deve ser seguida pelos tribunais este ano.

“Com a instituição da meta, o enfrentamento da violência contra a mulher passa a integrar oficialmente a agenda do Judiciário”, afirma o desembargador Alexandre Miguel, do Tribunal de Justiça de Rondônia e Coordenador do Comitê Gestor da Justiça Estadual na Rede de Governança Colaborativa do Conselho Nacional de Justiça.

Esse fortalecimento envolve a adequação das estruturas físicas das unidades judiciárias, assim como a criação/ampliação do número de varas especializadas e também aumento do número de magistrados especializados nesse tema.

“A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física, e que o dia a dia tem mostrado que essa violação ocorre com maior constância do que podemos supor e em várias camadas sociais”, disse Alexandre Miguel.

Até a promulgação da Lei Maria da Penha, havia apenas seis varas especializadas em violência doméstica. Foi somente em 2007, com a edição da Recomendação 9 do CNJ, que esse cenário começou a mudar. Hoje, os tribunais brasileiros contam com 112 varas.

Com indicador de 4,8 assassinatos a cada 100 mulheres, o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de países em feminicídio, com média de 5 mil mortes anuais, média de 13 homicídios diários, segundo do Mapa da Violência 2015. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Mulher que teve vídeo íntimo publicado por ex-namorado consegue medidas protetivas

O juiz de Direito André Luiz Nicolitt, do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da comarca de São Gonçalo/RJ, deferiu a aplicação de medidas protetivas postuladas por uma mulher que teve vídeo íntimo divulgado na internet pelo ex-namorado. O magistrado determinou a distância mínima de 500 metros e proibiu o contato entre o ex-casal.

De acordo com a queixa-crime, os dois namoraram por cerca de 6 meses. O homem, no entanto, não encarou bem o fim do relacionamento. Ele teria ameaçado a mulher via mensagens de celular, por meio do aplicativo WhatsApp, dizendo que ia “desmascará-la”; que ela ia “pagar caro”; e que “melhor sumir por bem”, pois em breve seria “adeus de verdade”. O homem também divulgou vídeos íntimos do ex-casal. Diante dos fatos, a vítima ingressou com três ações pelos crimes de injúria e ameaça.

O magistrado destacou que é preciso aguardar a defesa escrita para, só então, oportunizado o contraditório, rejeitá-la, absolver o réu ou recebê-la. Todavia, no caso em questão, destacou a necessidade de resguardar a vítima diante da urgência constatada pela narrativa dos fatos, o que caracteriza, na visão do julgador, ao menos a ocorrência de violência psicológica, devendo atuar para evitar violência ainda maior.

Observada a urgência, e entendendo que as medidas protetivas pretendidas são plenamente reversíveis com a formação do contraditório, o juiz decidiu por dar parcial provimento ao pedido de aplicação das medidas. Assim, determinou que o homem permaneça longe da mulher, com limite mínimo de 500 metros, e proibiu o contato entre o ex-casal por qualquer meio de comunicação.

Na inicial, a mulher pleiteia que o acusado seja condenado pelos crimes de injúria e ameaça, inclusive ao pagamento de valor mínimo para reparação dos danos.

O juiz concedeu gratuidade de Justiça à mulher. Atuaram pela vítima os advogados Valfran de Aguiar Moreira e Luiz Eduardo Nogueira.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

TCE-RJ concede licença-maternidade à mulher após nascimento de filho por inseminação

Companheira da beneficiada, que gerou a criança, tem direito à licença-maternidade. Conselheira destacou 'avanços' no reconhecimento de uniões homoafetivas pelo Judiciário.

O plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) se manifestou favoravelmente à concessão de licença de 30 dias para uma mãe não-gestante de um casal homoafetivo, após o nascimento do filho do casal, gerado por inseminação artificial.

O TCE analisou o caso após uma consulta de caráter genérico, feita pela Defensoria Pública. Cabe ao tribunal analisar a concessão de benefícios como licenças e aposentadorias. Em seu voto, a revisora, conselheira Marianna Montebello Willeman destacou que "as uniões estáveis homoafetivas se tornaram aos poucos uma realidade social reconhecida pelo Poder Judiciário, com tímidos e notáveis avanços".

A decisão favorável, por 4 votos a 3, com voto de minerva do presidente do Tribunal, Aloysio Neves, após debate na tarde de terça-feira (21), respeitou o princípio da isonomia familiar, que garante uma licença mais longa e outra mais curta em caso de nascimento ou adoção de uma criança -m inicialmente, a solicitação era para concessão de duas licenças-maternidade ao casal.

O voto leva em consideração ainda que a proteção à maternidade deve observar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário. O mesmo benefício não é concedido de forma simultânea às duas mães, gestante e não-gestante: a gestante tem direito a 120 dias, e sua companheira, a 30 dias, seguindo a legislação estadual relativa à licença-paternidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Autorizada extradição de português condenado por violência doméstica

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal autorizou nesta terça-feira (21/3) a extradição do cidadão português André Machado Costa, condenado em seu país a 1 ano e 3 meses de prisão pelo crime de violência doméstica. Costa está preso preventivamente para fins de extradição desde 1º de julho de 2016, na cidade de Criciúma (SC).

De acordo com os autos, André Costa manteve união com uma brasileira por dois anos na cidade portuguesa de São João da Madeira. Após a companheira abandonar a relação e a casa em que viviam, ele passou a persegui-la na rua e, em maio de 2013, cometeu uma série de agressões físicas e verbais contra ela.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Legislativo em Foco

CCJ do Senado altera lei para estabelecer como família 'a união estável entre duas pessoas'

Atualmente, o Código Civil reconhece como entidade familiar "a união estável entre o homem e a mulher".

O Projeto de Lei do Senado (PLS) [612/2011](#), que altera o Código Civil para reconhecer a união estável entre pessoas do mesmo sexo e para possibilitar a conversão dessa união em casamento, foi aprovado nesta quarta-feira (8) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Durante a votação houve 17 votos favoráveis e uma abstenção.

Apresentada pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), a proposta recebeu voto favorável do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), e aguarda votação em turno suplementar, quando terá decisão terminativa. Poderá então seguir para análise da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação em Plenário.

Atualmente, o Código Civil reconhece como entidade familiar "a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família". Com o projeto, a lei será alterada para estabelecer como família "a união estável entre duas pessoas", mantendo o restante do texto do artigo.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Lei que proíbe algemar grávidas no parto é aprovada e segue para sanção

“Nem nós, mulheres parlamentares, saíamos que esse fato acontecia no Brasil, tamanha a barbaridade”, lamentou a senadora Vanessa Grazziotin.

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (22) um projeto de lei que impede que mulheres presas sejam algemadas durante os procedimentos de trabalho de parto. O projeto foi aprovado na Câmara durante a semana da mulher e agora seguirá para sanção presidencial.

O texto proíbe ainda o uso das algemas antes e logo depois da presa dar à luz. A medida foi incluída no Código de Processo Penal e atende também às determinações da Súmula Vinculante 11, editada pelo Supremo Tribunal Federal para regular o uso de algemas no Brasil.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Políticas Públicas

Ajuda ao dar à luz inspirou mulher a ser doula

Decisão aconteceu após duas experiências negativas e uma vivência positiva apenas na terceira gravidez.

SÃO PAULO - Depois de duas experiências negativas, na primeira e na segunda gestações, e de ter tido uma vivência positiva apenas na terceira, Mariana Reis de Sousa Ferreira, de 28 anos, que é formada em Turismo, passou a trabalhar como doula e consultora de aleitamento materno de duas clínicas especializadas em parto humanizado, a Commadre e a Iluminar.

Em todas suas gestações, Mariana sempre desejou que o parto fosse o mais natural possível, sem intervenções desnecessárias. Mas já na primeira experiência, há nove anos, foi submetida a uma episiotomia sem sequer ter sido comunicada.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Boneca gigante protege mulheres no Carnaval de Olinda

Ideia foi aliar a tecnologia à tradição, transformando um símbolo do Carnaval de Olinda em uma sentinela para as mulheres.

Uma ação inédita do Disque Denúncia de Recife, realizada em parceria com a Agência3, ajudou a polícia de Olinda a proteger as mulheres de eventual assédio sexual e agressão durante o **Carnaval** de rua do último domingo (26).

A instituição criou a sua própria personagem para integrar o desfile dos bonecos gigantes pelas ladeiras de Olinda: A Sentinela do Carnaval. Equipada com uma câmera de segurança, a boneca transmitia informações em tempo real para a central da polícia, com objetivo de garantir mais segurança à festa. A ação contou com o apoio da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Segurança Urbana.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Internacional

63% dos adultos com baixa alfabetização são mulheres, aponta relatório da Unesco

Relatório da Unesco ainda revela que 9,7% das meninas do mundo estão fora da escola.

Se o analfabetismo por si só já é uma grande preocupação, a sua discrepância quando se avalia a situação por gênero é maior ainda. Segundo o **3º relatório global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos** feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 63% dos adultos com baixa alfabetização são mulheres.

Segundo o levantamento, que foi publicado em fevereiro, a desigualdade de gêneros na educação ainda é um problema enfrentado pelos governos. **De acordo com o órgão, a maioria dos excluídos são meninas. 9,7% delas estão fora da escola**, contra 8,3% dos meninos. Em 2016, em um levantamento sobre a desigualdade de gênero na educação, a Unesco já havia informado que 16 milhões de meninas entre 6 a 11 anos jamais iram a escola, um número duas vezes maior do que os meninos na mesma faixa etária.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A incrível história da menina que lutou contra o casamento infantil no Malawi

Ao ver sua irmã engravidar aos 11 anos e suas amigas de turma se casarem na pré-adolescência, Memory Banda lutou por uma lei que proibisse o casamento infantil em seu país – e conseguiu!

“Eu realmente preciso dar um passo à frente.” Foi com isso em mente que a jovem **Memory Banda** decidiu lutar contra uma realidade com a qual se deparou aos 13 anos de idade: o **casamento infantil**.

Banda é do **Malawi**, país africano, onde cerca de 50% das meninas de até 18 anos já são casadas, geralmente com homens que têm mais de 40 anos. Sua irmã mais velha faz parte das estatísticas. Aos 11 anos, quando atingiu a puberdade, ela foi encaminhada a um tradicional “**campo de iniciação**”, onde meninas são ensinadas a “dar prazer sexual a um homem”. De lá, ela já saiu grávida.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Apenas 50% das mulheres estão representadas no mercado de trabalho

Se as mulheres tivessem o mesmo papel dos homens no mercado de trabalho, seriam gerados, até 2025, lucros de US\$ 12 trilhões na economia.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher, que neste ano tem como tema "Mulheres no Mundo de Trabalho em Mudança: Planeta 50-50 até 2030". As Nações Unidas avaliam que o mundo laboral está mudando, gerando várias implicações para as mulheres. Enquanto os avanços tecnológicos e a globalização trazem oportunidades sem precedentes, a informalidade no setor do trabalho continua crescendo, assim como as desigualdades de salários e as crises humanitárias.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Bolívia debate lei de aborto que desagrada a Igreja e feministas

Parece avanço na legislação de direitos civis e de gênero. Mas, na prática, significa mais intromissão na vida e nos desejos das mulheres, com vistas a combater a pobreza limitando seus direitos. O projeto de lei levado pela ala progressista do, MAS (Movimento ao Socialismo) ao Congresso propondo ampliar a despenalização do aborto lembra mais as estratégias de esterilização em massa dos tempos de Alberto Fujimori (1990-2000) no Peru do que um real avanço na área dos direitos das mulheres.

O projeto prevê que, além dos três casos em que o aborto já é permitido no país (risco à saúde ou à vida da mulher e estupro), sejam aceitos outros seis: casos de pobreza extrema, falta de recursos para manutenção da família, má formação do feto, se a mulher já tiver três filhos, for estudante ou adolescente. Nesses casos, terá de preencher um formulário, que será avaliado pela Justiça, que então autorizará ou não o procedimento.

A iniciativa tem apoio de entidades de defesa dos direitos da mulher alinhadas ao governo, como a Confederação Nacional de Mulheres de Comunidades Interculturais. Para elas e para os legisladores que defendem a ampliação da legislação, o aborto deve ser facilitado às mulheres mais pobres para evitar as indesejadas mortes por meio de procedimentos clandestinos e para combater a pobreza. Obviamente as duas causas são nobres e defensáveis.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Colégio feminino é atacado com substâncias tóxicas no Afeganistão

Os agressores lançaram os agentes químicos pouco antes do meio-dia no Instituto Feminino Mir-Sayed, no distrito de Qarghan

Cabul – Pelo menos 81 meninas tiveram que ser internadas nesta quarta-feira, após um grupo de homens armados e não identificados atacarem com substâncias químicas tóxicas o pátio de um colégio **feminino** na província de Faryab, no noroeste do **Afeganistão**.

Os agressores lançaram os agentes químicos pouco antes do meio-dia no Instituto Feminino Mir-Sayed, no distrito de Qarghan, o que fez com que muitas das vítimas perdessem a consciência, informou o porta-voz da polícia provincial, Karim Yorash.

“Neste incidente, 81 meninas foram envenenadas e a maioria delas desmaiou após inalar os agentes químicos, lançados por homens sem identificação”, detalhou a fonte.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Nacional

Alunos da rede estadual do Rio vão estudar noções da Lei Maria da Penha

Ao apresentar noções sobre a importância do respeito aos Direitos Humanos e da igualdade de gênero, o projeto contribui para a reduzir o nível de violência.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação do Rio, assinaram na segunda-feira (6) convênio para colaborar com a inclusão de noções básicas sobre Lei Maria da Penha e sobre violência contra a mulher no currículo escolar da rede estadual por meio de vídeo aulas para alunos e professores.

O convênio marca o início das atividades do Dia Internacional da Mulher, que se comemora na quarta-feira (8).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Brasil é quarto país no ranking global de casamento infantil

No País, 36% da população feminina se casa antes dos 18 anos, o que agrava problema da evasão escolar e diminui a renda das mulheres
Levantamento do Banco Mundial revela que o Brasil tem o maior número de casos de casamento infantil da América Latina e o quarto no mundo. No país, 36% da população feminina se casa antes dos 18 anos. As informações são da ONU News.

O estudo "Fechando a Brecha: Melhorando as Leis de Proteção à Mulher contra a Violência" lembra que a lei do Brasil estipula 18 anos como a idade legal para a união matrimonial e permite a anulação do casamento infantil. O problema é que há muitas brechas na legislação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Solta esse Black: projeto premiado em escola do Rio combate racismo e machismo

“O negócio é se achar bonita do jeito que é e querer assumir o cabelo crespo natural”, afirma a professora Pamela Souza da Silva.

Com o título solta esse Black, alunas da Escola Municipal Levy Miranda, localizada na Pavuna, zona norte do Rio, tiveram seu projeto de combate ao machismo e ao racismo dentro do colégio incluído entre as ideias premiadas pelo desafio Criativos da Escola, em sua segunda edição no Brasil.

Esse foi o único projeto fluminense na lista de ganhadores. O Criativos da Escola é um movimento global que ocorre em 35 países. Ele surgiu na Índia, com o nome Planejamento para Mudança.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Reforma da Previdência prejudica mais as mulheres e beneficia os bancos

A proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional conhecida como PEC 287 tem consequências muito mais profundas e dramáticas do que o trabalhador pode imaginar.

Trata-se de uma verdadeira transformação na forma como a sociedade brasileira decide se organizar a partir da Constituição Cidadã de 1988. Em resumo, pretende-se acabar com uma organização social em que todos, e com o amparo do Estado, se responsabilizam por garantias mínimas de vida, inclusive e principalmente em momentos mais delicados, como na velhice.

O termo “reforma” nem se quer é adequado para a proposta do governo Temer. O que se pretende é o fim da previdência pública, quase a sua destruição, na medida em que estão propostos pré-requisitos tão rígidos e descolados da realidade brasileira que, se aprovada a proposta, a aposentadoria no Brasil passaria a ser uma ilusão, um alvo inatingível para a grande maioria da população.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Rio tem 2 mil denúncias de violência contra mulher no carnaval

Mulheres que distribuíam o material da campanha Carnaval sem Preconceito relataram ter sofrido assédio e agressões em blocos da capital fluminense.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro divulgou hoje (2) balanço das ocorrências no **carnaval**. Segundo a assessoria de imprensa, das 8h de sábado (24) até as 8h da Quarta-Feira de Cinzas (1º), foram atendidas 15.943 solicitações por meio do telefone 190, das quais 2.154 foram para atender a ocorrências de violência contra mulher, representando 14% das chamadas no período.

No Rio de Janeiro, mulheres que faziam a distribuição do material de campanha Carnaval sem Preconceito, da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro (Caarj), relataram ter sofrido assédio e agressões em blocos da capital fluminense.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Quem são as cientistas negras brasileiras?

As mulheres negras que realizam pesquisas voltadas para ciências exatas são pouco mais de 5.000

Quando criança, Sonia Guimarães era a segunda melhor aluna da sala e adorava matemática. No primário, ficou entre as cinco melhores da classe. Estudava de tarde, mas quem se destacava tinha a chance de ir para a turma da manhã. Sonia não foi porque foi preterida pela filha de uma das funcionárias, que havia pleiteado a vaga. “Quem tiraram? A *pretinha*. Eu me senti depreciada por isso”, lembra ela. A hoje professora de Física no Aeronáutica (ITA), uma das instituições de ensino mais conceituadas e concorridas do país, lembra que essa não foi a única passagem de racismo que a marcou em sua vida. Mas, apesar da torcida contra, conseguiu o primeiro título de doutorado em física concedido a uma mulher negra brasileira.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres Inspiradoras escolherá 15 escolas públicas para receber formação

Edital para selecionar 30 professores foi publicado no Diário Oficial do DF. Projeto já teve duas edições no Centro de Ensino Fundamental 12 de Ceilândia

O projeto **Mulheres Inspiradoras** será ampliado para 15 escolas públicas do Distrito Federal. O edital para selecionar 30 professores está publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*. Eles vão receber apoio para replicar e debater, nas salas de aula, conceitos de igualdade de gênero, de representação feminina na mídia e de combate à violência contra a mulher.

A ampliação da iniciativa se tornou possível graças ao acordo de cooperação internacional assinado em 6 de fevereiro entre o governo de Brasília e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que investirá U\$ 20 mil no programa. A Organização dos Estados Ibero-Americanos entrou como parceira para gerir os recursos.

Idealizadora do projeto e servidora há 26 anos da **Secretaria de Educação**, a professora Gina Vieira Ponte de Albuquerque sistematizou uma proposta interdisciplinar, que reúne ciências, geografia, história e português. Na formação para os docentes selecionados serão trabalhadas temáticas como direitos humanos e diversidade e a metodologia do Mulheres Inspiradoras.

“Não basta eu dizer que o professor tem de trabalhar a equidade de gênero na escola eu tenho que ajudá-lo a entender como fazer isso”, detalha Gina.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Maternidade na zona leste de SP é fechada após morte de duas mulheres

A maternidade do Hospital Municipal da Cidade Tiradentes (zona leste), da gestão João Doria (PSDB), está fechada desde sexta-feira (17) por causa de uma suspeita de infecção. Na semana passada, duas mulheres morreram no local sete dias após darem à luz e, por isso, o local passa por investigação.

Os indícios são que os dois óbitos ocorreram por infecção puerperal (leia abaixo). Uma das vítimas deu à luz à 0h58 do dia 6 e a outra, à 1h46 do dia 7. Ambas passaram por parto normal e foram liberadas dois dias depois do procedimento. Elas retornaram ao hospital dias depois, queixando-se de febre e dores na barriga, e morreram exatos sete dias depois do parto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Justiça paulista recebeu 90 mil casos de violência doméstica em 2016

Na passagem de 2016 para 2017, em Campinas, um homem invadiu a festa em que uma família comemorava a chegada do ano novo e matou a tiros sua ex-mulher, o filho do casal e mais nove pessoas. Em seguida se suicidou.

Episódios como esse, com diferentes graus de violência, se repetem aos milhares no estado de São Paulo. Em 2016, o Judiciário paulista recebeu mais de 90 mil acusações de agressão praticadas por homens contra mulheres ou familiares marcadas pela submissão decorrente do gênero e de relação de afeto. Foi para combater esse tipo de crime que, há 10 anos, foi editada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

Desde a edição da lei, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério da Justiça, criou a Central de Atendimento à Mulher por meio do Ligue 180. Nestes 10 anos, o serviço prestou mais de 5 milhões de atendimentos. De janeiro a junho de 2016, foram 68 mil relatos de violências em todo o país. Em comparação com o mesmo período de 2015, houve aumento de 142% nos registros de cárcere privado, com média de 18 por dia. Registrou-se, também, crescimento de 147% nos casos de estupro, média de 13 por dia. A maioria das denúncias se refere a casos de violência física e psicológica.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulher perde mais do que o homem na reforma da Previdência

Apesar de viverem mais, elas enfrentam dupla jornada. Pessoas do sexo feminino dedicam 26,6 horas semanais ao lar e as do masculino, 10,5 horas

No plenário 2 da Câmara dos Deputados, onde têm ocorrido as reuniões da comissão especial que discute a reforma da Previdência, cabem 150 pessoas, mas a sala sempre está um pouco acima da capacidade. Em geral, 37 são integrantes titulares do colegiado, sem contar os outros 37 que substituem, caso um deles não possa ir. Entre os 74, há apenas uma representante do sexo feminino: a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Foi nessa sala que o relator da proposta, Arthur Maia (PPS-BA), questionou, em entrevista a jornalistas, a necessidade de as mulheres se aposentarem antes dos homens, como é feito hoje. “A mulher que é solteira, que não se casou e não tem filho, por que ela vai ter uma diferença em relação ao homem?”.

Em geral, o argumento usado pelos defensores da proposta do governo, que prevê idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição para requerer a aposentadoria, independentemente do gênero, é de que, atualmente, não faz mais sentido fazer essa diferenciação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Denúncias de violência sexual aumentam 88% no carnaval deste ano

O aumento de relatos de violência sexual - que abrange de assédios ao estupro - pode ter conexão com campanhas que incentivam a denúncia. As denúncias de violência sexual no carnaval aumentaram 87,9% neste ano em comparação com o carnaval de 2016, segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, do governo federal.

Os números levam em conta atendimentos registrados pela Central de Atendimento à Mulher (Disque 180).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

No Brasil, 4 em cada 10 mulheres têm medo de lutar pelos próprios direitos

Estudo realizado em 24 países, mostra que o debate de gênero no nosso país é algo recente, a Rússia é um dos países mais machistas e a maioria dos alemães não reconhece o feminismo

Sei que é desigual, gostaria que fosse diferente, mas me sinto limitada para lutar contra a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres por medo das consequências. Essa é uma das leituras possíveis de um estudo realizado pela Ipsos, uma empresa global na área de pesquisa de mercado. A pesquisa “Feminismo e igualdade de gênero no Mundo” ouviu mais de 17 mil pessoas em 24 países, sobre mais de 20 itens relacionados ao tema e demonstrou, entre outros aspectos, que a Rússia é o país mais machista do mundo, onde 46% das mulheres se acham inferiores aos homens; que na Espanha mais de 70% das mulheres sentem falta de igualdade e, no Brasil, 40% das mulheres sentem medo ou vergonha de lutar contra a desigualdade de oportunidades. Na Índia, metade da população se omite por medo do que pode acontecer.

A pesquisa ainda aponta que 25% da população mundial acredita que os homens são mais capazes de realizar coisas na sociedade como trabalhar, ganhar dinheiro, estudar e ensinar do que a mulheres. Na divisão dos países, a China é campeã: 56% dos chineses se consideram mais capacitados que as chinesas só por serem homens. Atrás deles estão a Rússia, com 54%, e a Índia, com 48%.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Corte de cargos anunciado por Temer atingiu mais mulheres que homens

O corte de cargos comissionados anunciado pela equipe do presidente Michel Temer (PMDB) em maio de 2016 atingiu mais as mulheres que os homens e diminuiu ainda mais a participação delas no alto escalão do governo.

Levantamento feito pelo **UOL** com base em dados do Ministério do Planejamento mostra que, entre maio e novembro de 2016, apesar de homens ocuparem a maioria das vagas comissionadas do governo federal, **o corte de cargos ocupados por mulheres foi de 12,13%, enquanto entre os homens foi de 8,46%**. O maior corte nos cargos ocupados por mulheres fez a participação delas no alto escalão cair de 42,56% em maio de 2016 para 41,57% em novembro do mesmo ano. Em números absolutos, **foram cortados 1.104 cargos ocupados por mulheres e 1.039 ocupados por homens**.

Procurado, o Ministério do Planejamento afirmou que a queda mais acentuada nos cargos ocupados por mulheres é "meramente circunstancial". A assessoria de imprensa da Presidência da República também foi procurada, mas ela não se manifestou sobre o assunto até a publicação desta reportagem.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Uma em cada duas mulheres trabalhadoras tem um emprego sem garantia de direitos

Para as mulheres, o trabalho em casa representa uma das maiores formas de emprego vulnerável

Elas trabalham em casa ou em microempresas familiares, no campo, em pequenas lojas na rua ou como empregadas domésticas. Têm contratos sem as garantias mínimas, salários injustos e podem não ter direito a licenças, seguro desemprego, pensão. São 586 milhões num conjunto de pouco mais de 1,24 bilhão, de acordo com estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

As regiões em que se concentra o maior número de mulheres com trabalho considerado informal são a África subsaariana, a América Latina, o Caribe e o sul da Ásia. As razões residem nas políticas discriminatórias de acesso ao trabalho assalariado e nos contextos culturais que justificam essa disparidade, diz Sally Roever, da Organização Internacional das Mulheres na Economia Informal (WIEGO, na sigla em inglês): “Para muitas mulheres esse tipo de trabalho representa o único emprego possível”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Por que agressões a mulheres continuam sendo investigadas mesmo após vítima retirar a queixa

O noticiário brasileiro acompanhou, ao longo do Carnaval, os desdobramentos da suspeita de crime de violência doméstica envolvendo o cantor sertanejo Victor Chaves, 41, que compõe uma dupla com o irmão Leo. A esposa do artista, a empresária Poliana Bagatini, 29, teria sido agredida por ele no apartamento do casal, em Belo Horizonte. Segundo o boletim de ocorrência registrado por ela na manhã de sexta-feira (24), o marido a chutou várias vezes após jogá-la no chão.

No domingo (26), porém, a empresária publicou uma carta no Instagram em que afirma que Victor “nunca me machucou e nunca me machucaria” e que escolheu ir à polícia após “um grande desentendimento familiar”. Ela também disse que decidiu fazer o exame pericial “para comprovar a inexistência de qualquer lesão”.

Mesmo com a mudança de versão por parte de Bagatini, o caso continuará sendo investigado. Isso porque um entendimento em torno da Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica contra mulheres e entrou em vigor em 2006, estabelece que a polícia e o Ministério Público precisam dar prosseguimento às apurações independentemente de eventual e posterior desinteresse da mulher na punição do acusado.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

Designer cria pôsteres de mulheres que fizeram história na ciência

Se depender da designer e ex-bailarina [Amanda Phingbodhipakkiya](#), as mulheres responsáveis por grandes avanços na ciência seriam mais valorizadas. Com o nome de Beyond Curie (Além de Curie – em alusão a Marie Curie, primeira mulher a ganhar um Nobel e única a vencê-lo em duas áreas diferentes) a fotógrafa criou o projeto para enaltecer a história de importantes mulheres ao redor do mundo.

As 32 gravuras mostram mulheres que fizeram avanços em áreas como matemática, ciência e engenharia.

Amanda conectou os rostos das mulheres com o trabalho que elas conseguiram realizar em uma colagem única. 16 das mulheres retratadas são ganhadoras do Prêmio Nobel, enquanto as outras 16 são mulheres que realizaram feitos extraordinários em suas áreas de atuação.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres vão às ruas de São Paulo no 8M

Mulheres protestaram contra o feminicídio, ataques machistas e a reforma da Previdência

Por igualdade de direitos, contra o feminicídio, ataques **machistas e reforma da Previdência**, cerca de 15 mil mulheres foram às ruas de São Paulo no final da tarde desta quarta-feira (08/03), **Dia Internacional da Mulher**. O dia é chamado de **8M**.

“As mulheres estão unificadas para mostrar que ainda existem muitos direitos a serem conquistados. Também queremos mostrar que a reforma da Previdência é um ataque a todos trabalhadores, principalmente às mulheres, pois temos jornada dupla, tripla, quádrupla”, disse a editora Priscila Manfrinati, 26 anos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

Por que a ‘síndrome da impostora’ continua atormentando as mulheres?

Trata-se, por um lado, da falta de autoestima e confiança para assumir funções tradicionalmente masculinas. Também o excesso de pressão e carga de trabalho.

Às vezes desperto pela manhã antes de ir para uma filmagem e acho que não posso fazer isto, que sou uma fraude”, dizia de si mesma a atriz [Kate Winslet](#). Não é a única mulher conhecida que se sentiu assim no transcorrer de sua profissão. A cantora Jennifer López declarou que “apesar de ter vendido 70 milhões de discos, eu sinto que não sou boa nisto”. Já [Sheryl Sandberg](#), diretora de operações do [Facebook](#), explicava que “ainda há dias em que acordo com a sensação de ser uma fraude; não estou certa de que deva estar onde estou”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

O caso Victor Chaves, violência contra a mulher e a manifestação do 'gaslighting'

A tática de fazer uma mulher parecer louca diante de uma denúncia de violência não é nova.

Na última sexta-feira (24), [Poliana Bagatini registrou uma ocorrência contra o seu marido](#), Victor Chaves, integrante da dupla sertaneja Victor & Leo. Segundo a empresária, **ela teria sido jogada no chão e chutada pelo marido**. Além disso, Poliana teria tentado sair do local, mas foi impedida por um segurança e pela irmã do cantor. Poliana estaria sendo ameaçada pela família de Victor.

No sábado (25), [Poliana fez o exame de corpo de delito](#). A mãe de Victor Chaves registrou um Boletim de Ocorrência contra a nora. [Uma carta assinada por Poliana veio à tona no domingo \(26\)](#). Nela, Poliana afirma que Victor **não a machucou, mas que viu na polícia uma forma de se sentir segura diante da briga com a sogra em que Victor tentou contê-la**.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

Exposição gratuita 'Mulheres do Mundo' é atração em Campinas

Mostra traz trabalho do fotógrafo Érico Hiller, que tem temática humanitária. Obras estão disponíveis para visita até 31 de março no Galleria.

Campinas (SP) recebe, a partir desta quinta-feira (2), a exposição fotográfica “Mulheres do Mundo”. São 35 imagens do fotógrafo Érico Hiller que retratam mulheres em diferentes países e culturas.

A atração, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, ficará na praça de eventos do Galleria Shopping até o dia 31 de março e tem entrada gratuita. Hiller atua como fotógrafo documental independente há cerca de 11 anos com temática humanitária.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Editora Tinta-da-China publica quatro histórias de quatro "Antiprincesas" para ensinar que não é preciso ficar à espera de um príncipe para ser feliz.

A frase "e viveram felizes para sempre" é a última da maior parte dos livros de histórias de princesas. Elas são lindas, passam pelo sofrimento, mas no final encontram sempre o seu príncipe encantado. No entanto, também existem as "antiprincesas", aquelas que, na vida real, lutam

por uma causa, que são corajosas e cujos seus exemplos de vida podem ser também exemplos para os nossos filhos. A editora Tinta-da-China acabou de publicar quatro livros sobre quatro mulheres reais.

Sim, a Disney também as tem, são princesas guerreiras como Mulan ou a Pocahontas, mas a autora argentina Nadia Fink agarrou em mulheres latino-americanas que são reais e são "lutadoras, sonhadoras, com defeitos e virtudes", como diz a autora ao *site* chileno La Tercera. A escolha de Nadia Fink recaiu sobre quatro mulheres: a pintora mexicana Frida Kahlo, a compositora e cantora chilena Violeta Parra, a militar boliviana de origem indígena Juana Azurduy e a escritora brasileira Clarice Lispector. Quatro mulheres latino-americanas que podem ensinar aos rapazes e raparigas que as mulheres não precisam de ficar à espera que um "príncipe as salve, mas que têm o poder de mudar as suas próprias vidas", acrescenta a autora que teve a ajuda dos artistas Pitu Saa e Martín Azcurra para ilustrar os seus livros.

"As antiprincesas não são do contra só porque sim: não se resignam, e lutam para fazer valer aquilo que pensam. Como não usam tiaras, podem virar tudo de pernas para o ar e arriscar o que bem lhes apetece, por exemplo, mudar o mundo", diz a contracapa de cada um dos livros. Logo no primeiro, dedicado a Frida Kahlo (1907-1954), a autora lembra que as pessoas "importantes" são aquelas que "se sujaram para crescer e divertir-se, que não se deixaram ficar à espera".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Exposição Vidas Refugiadas resgata cotidiano e superações de mulheres refugiadas no Brasil

“É impossível trabalhar com histórias humanas sem mergulhar no universo das pessoas”. Assim a advogada Gabriela Cunha Ferraz sintetiza o envolvimento dela com o projeto Vidas Refugiadas, sobre mulheres refugiadas no Brasil.

Depois de um ano de trabalho, o projeto estreia nesta segunda (07) em São Paulo como exposição fotográfica e ficará exposto durante o mês de março.

Representando aproximadamente 30% das pessoas refugiadas no Brasil, a mulher refugiada acaba herdando a invisibilidade já habitualmente experimentada pelas mulheres, fazendo com que suas dificuldades sejam menos ouvidas, suas particularidades desrespeitadas e sua feminilidade ignorada. Esse processo limita acesso a direitos, impede uma integração plena e mantém violações que elas já vivenciavam nos países de origem.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Aconteceu

Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), em Nova York

Comissão sobre o Status da Mulher (CSW, sigla em inglês). Esse ano acontece a 61ª edição do evento, que reúne representantes dos países das Nações Unidas para discutir políticas públicas de promoção da igualdade.

Esse ano o tema do encontro é “Empoderamento econômico das mulheres no mundo do trabalho em mudança”. A delegação brasileira, chefiada pela secretária de políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, é composta por 30 membros, sendo representantes da bancada feminina como as deputadas federais, Elcione Barbalho (PMDB-PA) – procuradora da Mulher na Câmara e Dâmina Pereira (PSL-MG) – coordenadora da bancada feminina na Câmara, da presidência da república, dos ministérios dos Esportes, Saúde, Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia e Relações Exteriores. Temos ainda a representante das mulheres indígenas, Rayanne França, além de outras representantes da sociedade civil.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

É preciso desencarcerar mulheres”, conclui pesquisa

Relatório #MulhereSemPrisão, lançado pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania em São Paulo nesta terça-feira (07/03) analisa, sob uma perspectiva de gênero, o sistema prisional brasileiro, onde a taxa de mulheres presas cresceu 503% entre 2000 e 2014

A taxa de mulheres no sistema prisional brasileiro cresceu 503% entre 2000 e 2014, período no qual a de homens cresceu 220%, de acordo com dados do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) apresentados no relatório **#MulhereSemPrisao — Desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres**, lançado pelo ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania) em São Paulo nesta terça-feira (07/03) que precedeu o Dia Internacional da Mulher, celebrado hoje.

As mulheres também são maioria quando se analisa apenas o cenário do encarceramento provisório. Pessoas que ainda não foram julgadas representam 40,1% de toda a população carcerária, das quais 44,7% são mulheres, ao passo que os homens são 39,08%.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

